

A AVALIAÇÃO FORMATIVA E AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA: DESAFIOS, TENSÕES E PERSPECTIVAS PARA A APRENDIZAGEM

**FORMATIVE ASSESSMENT AND CLASSIFICATORY ASSESSMENT:
CHALLENGES, TENSIONS AND PERSPECTIVES FOR LEARNING**

Ciências Humanas • 19/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789805331](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789805331)

Edvaldo de Lima Chaves

Itamara Pontes dos Santos Barros

Márcio Pereira Monteiro

Taciana Sousa dos Santos

Magno de Souza Holanda¹

RESUMO

A avaliação educacional constitui um dos principais instrumentos para acompanhar e promover a aprendizagem, desempenhando papel fundamental na organização do processo de ensino. Apesar dos avanços teóricos sobre avaliação formativa, ainda persistem práticas avaliativas centradas na classificação e na mensuração do rendimento escolar, evidenciando uma lacuna entre a produção científica e a prática pedagógica. Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo compreender as contribuições da avaliação formativa para o processo de ensino-aprendizagem, analisando os desafios de sua implementação frente à predominância da avaliação classificatória. Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise crítica da literatura nacional e internacional de autores como Luckesi, Hoffmann, Perrenoud, Libâneo, Bloom, Freire, Haydt, Black e Wiliam e Heritage, cujas contribuições possibilitam compreender a evolução histórica das concepções de avaliação e os princípios que sustentam a avaliação formativa. Os resultados evidenciam que a avaliação formativa se organiza a partir de categorias que expressam diferentes dimensões do processo de aprendizagem e da prática pedagógica, destacando-se o feedback, a autorregulação da aprendizagem, a cultura da nota e a mediação docente. O feedback aparece como elemento fundamental para orientar os estudantes sobre os seus avanços e dificuldades, enquanto a autorregulação evidencia a participação mais ativa do aluno no acompanhamento e na construção de sua própria aprendizagem. A categoria cultura da nota revela, por sua vez, os desafios ainda presentes na superação de práticas avaliativas centradas na classificação e no resultado quantitativo. Já a mediação docente destaca o papel do professor na interpretação das aprendizagens, na reorganização das estratégias pedagógicas e na tomada de decisões a partir das necessidades dos

estudantes. Nesse sentido, embora a avaliação formativa favoreça o acompanhamento contínuo e a aprendizagem significativa, sua consolidação ainda encontra obstáculos relacionados às concepções tradicionais de avaliação, às políticas de avaliação em larga escala, às condições de trabalho docente e à necessidade de formação continuada. Conclui-se que a superação do paradigma classificatório exige mudanças pedagógicas, institucionais e culturais, de modo que a avaliação seja compreendida como um processo permanente de mediação, reflexão e construção do conhecimento, contribuindo para uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com a aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Avaliação educacional; Avaliação formativa; Avaliação classificatória; Aprendizagem; Prática pedagógica.

ABSTRACT

Educational assessment is a key instrument for monitoring and fostering learning, playing a fundamental role in organizing the teaching process. Despite theoretical advances regarding formative assessment, practices centered on classification and the measurement of academic performance persist, highlighting a gap between academic research and pedagogical practice. Against this backdrop, this article aims to understand the contributions of formative assessment to the teaching-learning process by analyzing the challenges of its implementation in the face of the prevailing classificatory assessment model. This is a qualitative, descriptive, bibliographic study based on a critical analysis of national and international literature—including authors such as Luckesi, Hoffmann, Perrenoud, Libâneo, Bloom, Freire, Haydt, Black & Wiliam, and Heritage—whose contributions allow for an understanding of the historical evolution of assessment concepts and the principles underpinning formative assessment. The results show that

formative assessment is structured around categories representing different dimensions of the learning process and pedagogical practice, notably feedback, self-regulation of learning, the "culture of grades," and teacher mediation. Feedback emerges as a fundamental element for guiding students regarding their progress and difficulties, while self-regulation highlights the student's active participation in monitoring and constructing their own learning. The "culture of grades" category reveals the ongoing challenges in moving beyond assessment practices focused on classification and quantitative results. Meanwhile, teacher mediation underscores the teacher's role in interpreting learning outcomes, reorganizing pedagogical strategies, and making decisions based on student needs. Thus, although formative assessment fosters continuous monitoring and meaningful learning, its consolidation still faces obstacles linked to traditional assessment concepts, large-scale assessment policies, working conditions, and the need for continuing professional development. It is concluded that overcoming the classificatory paradigm requires pedagogical, institutional, and cultural changes, so that assessment is understood as an ongoing process of mediation, reflection, and knowledge construction, contributing to an education that is more inclusive, democratic, and committed to student learning.

Keywords: Educational assessment; Formative assessment; Classificatory assessment; Learning; Pedagogical practice.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem ocupa lugar central no processo educativo, uma vez que possibilita acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, orientar o trabalho docente e subsidiar decisões pedagógicas. Entretanto, sua finalidade e seus modos de realização

têm sido objeto de debates no campo educacional, sobretudo diante das transformações nas concepções de ensino, aprendizagem e formação humana. Historicamente, a avaliação esteve fortemente vinculada à mensuração do desempenho escolar, materializada em provas, exames, notas e classificações. Essa perspectiva, de caráter predominantemente classificatório, tende a privilegiar os resultados obtidos pelos estudantes em determinados momentos, muitas vezes reduzindo a complexidade do processo de aprendizagem à atribuição de um conceito ou nota.

Nas últimas décadas, as discussões no campo educacional têm ampliado a compreensão acerca da avaliação como elemento constitutivo dos processos de ensino e aprendizagem. As mudanças nas concepções pedagógicas têm contribuído para questionar práticas avaliativas centradas exclusivamente na mensuração dos resultados e para destacar a importância de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo de seu percurso formativo. Nesse contexto, a avaliação passa a ser compreendida não apenas como instrumento de verificação do desempenho, mas também como fonte de informações que pode subsidiar a reflexão sobre o ensino, identificar dificuldades e potencialidades e contribuir para a reorganização das práticas pedagógicas. Essa mudança de perspectiva evidencia a necessidade de compreender a avaliação para além de sua dimensão classificatória, considerando sua função no acompanhamento contínuo da aprendizagem.

No contexto escolar, essa discussão evidencia a necessidade de distinguir diferentes finalidades atribuídas ao ato de avaliar. Enquanto determinadas práticas priorizam a obtenção de resultados e a classificação dos estudantes, outras buscam acompanhar o processo de aprendizagem e produzir informações que orientem

intervenções pedagógicas. Essa diferenciação é fundamental para compreender as tensões existentes entre uma concepção de avaliação voltada predominantemente para a mensuração do desempenho e outra que reconhece o processo avaliativo como parte integrante do ensino e da aprendizagem. Assim, torna-se necessário refletir sobre os usos dos resultados da avaliação e sobre sua contribuição efetiva para o desenvolvimento dos estudantes.

É nesse contexto que a avaliação formativa ganha relevância. Diferentemente de uma concepção centrada exclusivamente na verificação dos resultados, a avaliação formativa compreende o processo avaliativo como parte integrante do ensino e da aprendizagem. Mais do que identificar erros e acertos, busca produzir informações que permitam ao professor reconhecer as necessidades dos estudantes, reorganizar suas estratégias e intervir de maneira mais adequada, ao mesmo tempo em que possibilita ao próprio estudante compreender seu percurso, reconhecer seus avanços e participar ativamente de sua aprendizagem. A avaliação, nessa perspectiva, deixa de ser entendida apenas como um momento de julgamento e passa a constituir-se como processo contínuo de acompanhamento, reflexão, diálogo e intervenção pedagógica.

Apesar da crescente valorização dessa perspectiva nos debates educacionais, sua efetivação no cotidiano escolar permanece marcada por desafios. A permanência da cultura da nota, a tradição classificatória, a pressão exercida pelos resultados das avaliações externas, as condições de trabalho dos professores e as lacunas na formação continuada podem dificultar a construção de práticas avaliativas efetivamente comprometidas com a aprendizagem. Dessa forma, observa-se a coexistência de diferentes concepções de

avaliação no espaço escolar, produzindo tensões entre práticas historicamente consolidadas e propostas que defendem uma avaliação mais processual, participativa e formativa.

Embora a literatura educacional apresente contribuições significativas acerca da avaliação formativa, ainda se mostra necessário aprofundar a análise sobre as condições que favorecem ou dificultam sua concretização nas práticas escolares, especialmente quando considerada em contraposição à permanência de uma cultura avaliativa classificatória. A lacuna que orienta este estudo não está, portanto, na ausência de discussões sobre a importância da avaliação formativa, mas na necessidade de analisar criticamente como suas contribuições podem se efetivar diante das práticas, concepções e condições institucionais que ainda sustentam modelos predominantemente classificatórios.

Diante desse cenário, o problema que orienta esta pesquisa é: em que medida a avaliação formativa pode contribuir para superar as limitações da avaliação classificatória na promoção de aprendizagens significativas? A partir dessa questão, o estudo tem como objetivo analisar criticamente as contribuições da avaliação formativa para o processo de ensino-aprendizagem, considerando os desafios de sua implementação diante da permanência de práticas avaliativas classificatórias.

A relevância desta pesquisa manifesta-se em diferentes dimensões. Do ponto de vista acadêmico, contribui para o aprofundamento das discussões acerca das concepções e práticas de avaliação da aprendizagem, articulando perspectivas teóricas que problematizam a predominância da avaliação classificatória e defendem o caráter formativo do ato de avaliar. Socialmente, a

discussão é pertinente por considerar a avaliação como prática que pode influenciar trajetórias escolares, oportunidades de aprendizagem e processos de inclusão e participação dos estudantes. No âmbito pedagógico, a reflexão pode contribuir para fortalecer práticas avaliativas que utilizem os resultados da avaliação não apenas para classificar, mas para orientar intervenções, reorganizar o ensino e favorecer a aprendizagem.

Para fundamentar essa discussão, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, apoiada nas contribuições de autores que se destacam no campo da avaliação educacional, entre eles Luckesi, Hoffmann, Perrenoud, Libâneo, Bloom, Freire, Haydt, Black e William e Heritage articuladas às discussões presentes em documentos e referenciais educacionais nacionais e internacionais. O estudo está organizado em quatro seções. Inicialmente, são apresentados os fundamentos da avaliação educacional e a evolução de suas principais concepções; em seguida, discutem-se as características e limitações da avaliação classificatória; posteriormente, analisa-se a avaliação formativa como possibilidade de acompanhamento e promoção da aprendizagem; e, por fim, são abordados os principais desafios para sua consolidação nos contextos escolares contemporâneos.

2. FUNDAMENTOS DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: DA CLASSIFICAÇÃO À FORMAÇÃO

2.1. Conceitos de Avaliação Educacional

A avaliação educacional é um dos elementos centrais do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, orientar práticas pedagógicas e refletir sobre a qualidade do ensino ofertado. Mais do que um

instrumento de mensuração de resultados, a avaliação é um processo contínuo de coleta, análise e interpretação de informações que subsidiam decisões pedagógicas voltadas à aprendizagem.

Historicamente, a avaliação foi compreendida como um mecanismo de verificação do rendimento escolar, associado à atribuição de notas e à certificação dos estudantes. Entretanto, as transformações ocorridas no campo educacional ampliaram significativamente esse conceito. Atualmente, entende-se que avaliar não significa apenas medir resultados, mas analisar processos, interpretar evidências de aprendizagem e tomar decisões que contribuam para o desenvolvimento dos estudantes.

Nessa perspectiva, Luckesi (2011) afirma que a avaliação representa um ato de acolhimento e mediação da aprendizagem, não devendo restringir-se a mecanismos de controle ou seleção de estudantes. Para o autor, avaliar implica investigar o percurso do estudante, identificando avanços, dificuldades e possibilidades de intervenção pedagógica. Desse modo, a avaliação deixa de assumir um caráter meramente punitivo ou classificatório e passa a desempenhar uma função diagnóstica e formativa.

De forma semelhante, Hoffmann (2014) defende que a avaliação deve ser entendida como um propósito mediador, baseado no diálogo entre professor e estudante. Nessa perspectiva, o ato de avaliar envolve observação, reflexão e intervenção pedagógica contínua, permitindo que a aprendizagem seja constantemente acompanhada e aperfeiçoada. A autora ressalta que a avaliação não pode ser reduzida a momentos isolados de provas, mas deve estar presente em todas as etapas do processo educativo.

Além da função pedagógica, a avaliação possui uma dimensão social e institucional. Sobre isso, Libâneo (1994) destaca que ela fornece informações relevantes para a gestão escolar, para a elaboração de políticas educacionais e para a análise da qualidade de ensino. Dessa maneira, a avaliação ultrapassa os limites da sala de aula, assumindo papel estratégico na organização e no aprimoramento de sistemas educacionais.

Haydt (2008) destaca que a avaliação desempenha funções distintas e complementares, classificadas como diagnóstica, formativa e somativa. Cada uma delas contribui para a compreensão do processo educativo em diferentes momentos e finalidades.

A avaliação diagnóstica refere-se àquela que deverá ser realizada no início de um período de ensino. Seu objetivo é identificar conhecimentos prévios, habilidades já desenvolvidas e possíveis dificuldades dos estudantes, fornecendo subsídios para o planejamento das atividades pedagógicas. Como o próprio nome já se refere, ela serve para diagnosticar e identificar quais as possíveis causas ou problemas que impedem o aluno de avançar.

Desse modo, a avaliação diagnóstica visa verificar a existência, ou ausência, de habilidades e conhecimentos pré-estabelecidos, esta é uma ação que inicia o processo avaliativo e verifica se os alunos dominam os pré-requisitos necessários para novas aprendizagens. (Freitas; Costa; Miranda, 2014, p.87)

Por sua vez, a avaliação formativa tem como objetivo instruir os alunos naquilo que precisam aprender, sendo um processo que

ocorre de forma contínua e com a participação também dos professores, que por sua vez conseguem verificar se os objetivos foram alcançados, podendo interferir naquilo que está comprometendo a aprendizagem.

Já a avaliação somativa concentra-se na verificação dos resultados alcançados ao final de um período de ensino, geralmente expressos por meio de notas e conceitos. Conforme Conceição e Reis (2018, p. 10), essa modalidade de avaliação “tem um caráter seletivo na qual separa os alunos melhores dos piores, os aprovados dos reprovados, um tipo de avaliação neutra na qual a visão e o foco é classificar o aluno por meio de notas que são obtidas”.

Diante dessas considerações, percebe-se que a avaliação educacional contemporânea busca superar a visão restrita de mensuração de resultados, assumindo uma perspectiva mais ampla e comprometida com a promoção da aprendizagem. Nesse contexto, avaliar significa compreender, acompanhar e intervir pedagogicamente, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

2.2. Avaliação Classificatória e Avaliação Formativa: Aproximações e Diferenças

Ao longo da história da educação, a avaliação esteve predominantemente associada à classificação dos estudantes. A denominada avaliação classificatória tem como foco principal atribuir notas, ranquear desempenhos e decidir sobre aprovação ou reprovação. Nessa perspectiva, o estudante é comparado a padrões previamente estabelecidos, e o erro é frequentemente interpretado como fracasso.

Já a avaliação formativa apresenta uma lógica distinta. Seu objetivo central é acompanhar o processo de aprendizagem, oferecendo feedbacks que auxiliem o estudante a avançar em seu desenvolvimento. Nesse modelo, o erro é entendido como parte do processo de construção do conhecimento e como oportunidade de aprendizagem.

Segundo Perrenoud (1999), a avaliação formativa desempenha papel essencial na regulação das aprendizagens, pois fornece informações que permitem ao professor adaptar suas estratégias de ensino e ao aluno compreender seu próprio percurso.

Dessa maneira, enquanto a avaliação classificatória prioriza a seleção e a certificação, a avaliação formativa busca promover o desenvolvimento dos estudantes. A primeira concentra-se nos resultados finais, ao passo que a segunda valoriza o processo de construção do conhecimento. Além disso, a relação pedagógica estabelecida na avaliação formativa tende a ser mais participativa e colaborativa, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e inclusiva.

2.3. Evolução das Concepções de Avaliação Ao Longo da História da Educação

A compreensão da avaliação educacional está diretamente relacionada às transformações históricas ocorridas nas concepções de ensino, aprendizagem e formação humana. Ao longo do tempo, diferentes modelos educacionais atribuíram funções distintas à avaliação, refletindo contextos sociais, políticos e culturais de cada período.

Nos modelos tradicionais de ensino, predominantes até o início do século XX, a avaliação tinha caráter essencialmente seletivo e classificatório. Influenciada pelos princípios da pedagogia tradicional, ela estava voltada para a verificação da memorização de conteúdos e para o controle disciplinar dos estudantes. As provas orais e escritas eram os principais instrumentos usados para medir o desempenho escolar.

Conforme Libâneo (1994), a prática avaliativa presente em muitas instituições escolares esteve historicamente associada ao controle da aprendizagem por meio de provas e exames, valorizando predominantemente resultados quantitativos. Nesse contexto, o professor ocupava a posição de transmissor do conhecimento e o aluno assumia um papel passivo no processo educativo.

Com o avanço das teorias pedagógicas e psicológicas, especialmente a partir das décadas de 1950 e 1960, surgiram novas perspectivas que passaram a considerar os processos cognitivos e o desenvolvimento integral do estudante. A influência do construtivismo e das teorias socioculturais contribuiu para ampliar a compreensão da avaliação como parte integrante do processo educativo.

Nas décadas de 1980 e 1990, intensificaram-se as críticas aos modelos tradicionais de avaliação. Pesquisadores como Luckesi, Hoffmann e Perrenoud passaram a defender práticas avaliativas mais democráticas, inclusivas e comprometidas com a formação integral dos estudantes. Nesse contexto, consolidou-se a avaliação formativa como alternativa ao paradigma classificatório.

A partir desse movimento, a avaliação passou a ser compreendida como um processo contínuo de investigação da aprendizagem, assumindo funções diagnósticas, mediadoras e reguladoras. O foco passou da simples mensuração de resultados para a análise dos processos de construção do conhecimento.

Atualmente, os debates educacionais enfatizam a necessidade de desenvolver práticas educativas que venham a contemplar competências, habilidades e diferentes formas de aprender. Ganham destaque estratégias como autoavaliação, avaliação por pares e feedbacks contínuos, favorecendo maior participação dos estudantes no processo avaliativo.

Apesar dos avanços teóricos, ainda persistem desafios relacionados à implementação efetiva de práticas formativas nas escolas. A cultura da nota, as exigências burocráticas dos sistemas educacionais e a permanência de concepções tradicionais de ensino continuam influenciando as práticas avaliativas. Dessa maneira, a evolução histórica da avaliação demonstra que a superação do paradigma classificatório depende não apenas de mudanças metodológicas, mas também de transformações culturais e pedagógicas mais amplas no contexto educacional.

3. LIMITAÇÕES DA AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA NO CONTEXTO ESCOLAR

A avaliação classificatória, historicamente presente nas práticas escolares, caracteriza-se pela utilização de instrumentos avaliativos voltados principalmente para a mensuração do desempenho dos estudantes, com a finalidade de atribuir notas, conceitos, aprovar ou reprovar. Embora desempenhe uma função administrativa

importante nos sistemas educacionais, esse modelo apresenta limitações quando utilizado como principal forma de avaliar a aprendizagem, pois tende a privilegiar o resultado final em detrimento do processo de construção do conhecimento.

Segundo Luckesi (2011), a avaliação escolar frequentemente tem sido reduzida a uma prática de julgamento e classificação dos estudantes, afastando-se de sua função essencial, que seria diagnosticar as dificuldades e orientar novas possibilidades de aprendizagem. Para o autor, a avaliação deve constituir-se como um instrumento de mediação pedagógica, permitindo ao professor compreender o desenvolvimento do aluno e promover intervenções necessárias para sua evolução.

Uma das principais limitações da avaliação classificatória está relacionada à sua ênfase nos resultados quantitativos. Ao transformar o processo educativo em notas e rankings, esse modelo pode desconsiderar os diferentes ritmos de aprendizagem, as experiências socioculturais dos estudantes e as múltiplas formas de construção do conhecimento. Nesse sentido, Hoffmann (2014) destaca que uma avaliação baseada apenas na classificação tende a reforçar práticas excludentes, pois concentra-se na comparação entre estudantes, em vez de acompanhar o desenvolvimento individual de cada sujeito.

Outro aspecto limitador refere-se ao caráter seletivo da avaliação classificatória. De acordo com Philippe Perrenoud (1999), a avaliação tradicional frequentemente funciona como um mecanismo de diferenciação e hierarquização escolar, classificando os estudantes conforme seus desempenhos e contribuindo para a manutenção de desigualdades. Para o autor, uma avaliação comprometida com a

aprendizagem deve possibilitar a regulação do ensino e oferecer oportunidades para que todos os estudantes avancem.

Além disso, a centralidade atribuída às notas pode provocar efeitos negativos no envolvimento dos estudantes com o processo educativo. Quando a avaliação é compreendida apenas como instrumento de aprovação ou reprovação, o foco pode deslocar-se da aprendizagem significativa para a obtenção de resultados, favorecendo sentimentos de ansiedade, medo do erro e desmotivação. Nessa perspectiva, Libâneo (2013) ressalta que a avaliação escolar deve estar articulada aos objetivos educacionais e ao desenvolvimento integral do aluno, superando uma visão restrita de controle e classificação.

Nesse contexto, Black e Wiliam (1998) ressaltam a importância de compreender a avaliação como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, destacando que as informações produzidas durante as atividades avaliativas podem contribuir para que professores e estudantes identifiquem dificuldades, compreendam os avanços alcançados e definam os próximos passos da aprendizagem. Essa perspectiva desloca o foco da avaliação como instrumento de classificação para sua utilização como recurso pedagógico, capaz de subsidiar intervenções e favorecer a aprendizagem dos estudantes.

Assim, embora a avaliação classificatória ainda esteja presente nas instituições escolares, suas limitações evidenciam a necessidade de ampliar as concepções avaliativas, incorporando práticas diagnósticas e formativas. A avaliação formativa, conforme defendida por Bloom, Hastings e Madaus (1971), possibilita acompanhar continuamente o processo de aprendizagem,

identificar dificuldades e reorganizar as estratégias pedagógicas. Dessa forma, a avaliação deixa de ser compreendida como um momento final de verificação e passa a assumir uma função educativa, contribuindo para a inclusão, a autonomia e o desenvolvimento dos estudantes.

Portanto, superar a predominância da avaliação classificatória implica compreender a avaliação como um processo contínuo, reflexivo e participativo, no qual o erro é entendido como parte da aprendizagem e os resultados obtidos servem como referência para novas intervenções pedagógicas, e não apenas como critérios de seleção e classificação.

4. A AVALIAÇÃO FORMATIVA COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM

Durante muito tempo, a avaliação esteve associada principalmente à atribuição de notas, à classificação dos estudantes e à verificação dos conteúdos aprendidos. Entretanto, as transformações ocorridas nas concepções de ensino e aprendizagem passaram a valorizar práticas avaliativas mais participativas, reflexivas e inclusivas. Nesse contexto, destaca-se a avaliação formativa, compreendida como um processo contínuo de acompanhamento da aprendizagem, cujo objetivo é favorecer o desenvolvimento integral do estudante.

A avaliação formativa não se limita à identificação de erros ou acertos, mas busca compreender como o estudante aprende, quais dificuldades enfrenta e quais estratégias podem ser utilizadas para promover avanços em seu percurso formativo. Nessa perspectiva, Heritage (2010) destaca que a avaliação formativa envolve a coleta e a utilização contínua de evidências sobre a aprendizagem dos

estudantes, de modo a orientar decisões pedagógicas e favorecer o alcance dos objetivos de aprendizagem. Dessa forma, torna-se um instrumento de aprendizagem, pois produz informações que subsidiam intervenções pedagógicas, fortalecem a autonomia do estudante e qualificam a prática docente.

4.1. A Concepção de Avaliação Formativa

A avaliação formativa caracteriza-se pelo acompanhamento contínuo da aprendizagem, realizado ao longo de todo o processo educativo. Diferentemente da avaliação somativa, que ocorre ao final de um período para verificar resultados, a avaliação formativa acontece durante o desenvolvimento das atividades, permitindo identificar dificuldades, monitorar avanços e reorganizar o ensino sempre que necessário.

Sua principal finalidade é fornecer evidências que orientem tanto o professor quanto o estudante. O professor utiliza essas informações para adaptar metodologias, rever estratégias e planejar novas intervenções pedagógicas. O estudante, por sua vez, passa a compreender seu próprio processo de aprendizagem, reconhecendo suas potencialidades, identificando aspectos que precisam ser aprimorados e assumindo maior responsabilidade pelo próprio desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a avaliação deixa de representar um momento isolado de julgamento para tornar-se parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. Avaliar significa investigar, interpretar informações, dialogar e tomar decisões pedagógicas capazes de favorecer a construção do conhecimento.

4.2. A Avaliação Formativa Como Instrumento de Aprendizagem

Considerar a avaliação como instrumento de aprendizagem significa compreender que ela produz informações capazes de melhorar o ensino e favorecer o desenvolvimento dos estudantes. Os resultados da avaliação deixam de servir exclusivamente para registrar notas e passam a orientar decisões pedagógicas voltadas à melhoria da aprendizagem.

Nessa perspectiva, o erro é entendido como parte natural do processo educativo. Em vez de representar fracasso, torna-se uma oportunidade para identificar dificuldades, revisar conceitos e construir novos conhecimentos. Essa mudança de enfoque favorece um ambiente de aprendizagem mais acolhedor, no qual o estudante sente-se seguro para experimentar, questionar e desenvolver novas competências.

Outro elemento fundamental é o feedback pedagógico. Um feedback eficaz apresenta orientações claras sobre os avanços alcançados, as dificuldades encontradas e as estratégias necessárias para superar os desafios identificados. Quando realizado de forma contínua e construtiva, fortalece a motivação, amplia o engajamento e contribui para aprendizagens mais duradouras.

Além disso, a avaliação formativa promove o protagonismo estudantil. Ao participar de processos de autoavaliação, avaliação por pares e definição de objetivos de aprendizagem, o estudante desenvolve autonomia, pensamento crítico, responsabilidade e capacidade de refletir sobre seu próprio desempenho. Essas competências tornam-se fundamentais para a formação de cidadãos capazes de aprender continuamente ao longo da vida.

4.3. Instrumentos da Avaliação Formativa

A avaliação formativa pode ser realizada por meio de diferentes instrumentos, escolhidos de acordo com os objetivos de aprendizagem e as características dos estudantes. Entre os recursos mais utilizados destacam-se a observação sistemática, os portfólios, os registros descritivos, os projetos, os seminários, os estudos de caso, os mapas conceituais, os diários de aprendizagem, as rubricas avaliativas, a autoavaliação e a avaliação por pares.

A utilização de instrumentos diversificados permite ao professor acompanhar diferentes dimensões do desenvolvimento do estudante, contemplando não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também habilidades, atitudes, competências socioemocionais, criatividade, capacidade de comunicação e resolução de problemas.

Essa diversidade também favorece uma avaliação mais justa e inclusiva, respeitando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem presentes na sala de aula.

5. DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA EM CONTEXTOS MARCADOS PELA AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA

A discussão acerca da avaliação formativa tem ocupado posição de destaque nas pesquisas educacionais contemporâneas, especialmente diante das mudanças ocorridas nas concepções de ensino e aprendizagem. Embora esse modelo de avaliação seja amplamente defendido por pesquisadores e incorporado às diretrizes educacionais brasileiras, sua consolidação nas práticas escolares ainda ocorre de maneira lenta e desigual. Em muitas instituições de ensino, a avaliação permanece fortemente vinculada

à lógica classificatória, na qual a nota, a aprovação e a reprovação assumem papel central no processo educativo. Essa realidade evidencia uma contradição entre os avanços teóricos produzidos na área da avaliação e as práticas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar, revelando que a mudança das concepções pedagógicas exige transformações que ultrapassam a simples substituição de instrumentos avaliativos.

Historicamente, a avaliação foi concebida como um mecanismo destinado a verificar, medir e classificar o desempenho dos estudantes. Durante décadas, provas e exames constituíram praticamente os únicos recursos utilizados para determinar quem havia aprendido determinado conteúdo e quem deveria ser retido ao final do período letivo. Essa perspectiva consolidou uma cultura escolar na qual o desempenho do estudante passou a ser representado por números e médias, reduzindo a complexidade do processo de aprendizagem a indicadores quantitativos. Segundo Luckesi (2011), essa concepção transforma a avaliação em um mecanismo de controle e seleção, distanciando-a de sua função pedagógica. Para o autor, avaliar não significa apenas emitir um julgamento sobre o desempenho do estudante, mas produzir informações capazes de orientar decisões que favoreçam o desenvolvimento da aprendizagem.

A permanência da avaliação classificatória também está relacionada à cultura da nota, profundamente enraizada na sociedade. Em muitos contextos, estudantes, famílias e até mesmo professores associam qualidade da aprendizagem aos resultados obtidos em provas e boletins escolares. O sucesso acadêmico passa a ser compreendido como consequência da obtenção de boas notas, enquanto dificuldades de aprendizagem frequentemente são

interpretadas como incapacidade individual do estudante. Esse entendimento contribui para o fortalecimento de práticas competitivas, nas quais o foco desloca-se da construção do conhecimento para a obtenção de resultados capazes de garantir aprovação, ingresso em etapas posteriores de ensino ou melhor desempenho em avaliações externas.

Essa cultura repercute diretamente na organização do trabalho pedagógico. Muitas vezes, o planejamento das aulas passa a ser orientado pelos conteúdos que serão cobrados nas provas, favorecendo estratégias centradas na memorização e na reprodução de informações. Como consequência, habilidades relacionadas ao pensamento crítico, à resolução de problemas, à criatividade e à autonomia tendem a ocupar posição secundária. Nessa perspectiva, a avaliação deixa de constituir um processo permanente de acompanhamento da aprendizagem para tornar-se um evento isolado destinado à atribuição de uma nota final.

Outro desafio relevante para a consolidação da avaliação formativa diz respeito à formação inicial e continuada dos professores. Embora as licenciaturas tenham incorporado discussões sobre metodologias ativas e avaliação da aprendizagem, muitos docentes concluíram sua formação em períodos nos quais predominavam concepções tradicionais de ensino. Assim, reproduzem, muitas vezes de forma inconsciente, práticas avaliativas vivenciadas ao longo de sua própria trajetória escolar. Hoffmann (2019) afirma que modificar essa realidade exige muito mais do que apresentar novos instrumentos de avaliação. É necessário desenvolver uma nova compreensão acerca do significado de avaliar, entendendo esse processo como parte integrante do ensino e da aprendizagem.

Nesse sentido, a formação continuada assume papel fundamental. A implementação da avaliação formativa requer que o professor domine diferentes estratégias de acompanhamento da aprendizagem, saiba interpretar evidências produzidas pelos estudantes e seja capaz de reorganizar constantemente sua prática pedagógica. Além disso, torna-se necessário desenvolver competências relacionadas à elaboração de feedbacks qualitativos, à utilização de portfólios, rubricas, autoavaliação, avaliação por pares e demais instrumentos que permitam compreender o percurso formativo do estudante. Sem esse suporte teórico e metodológico, a avaliação formativa corre o risco de ser reduzida à simples aplicação de atividades diversificadas, sem promover mudanças efetivas na prática pedagógica.

As condições concretas de trabalho representam outro fator determinante. Em muitas escolas, especialmente na rede pública, os professores convivem com elevado número de turmas, salas superlotadas, carga horária extensa e inúmeras atividades administrativas. Essa realidade reduz significativamente o tempo disponível para o planejamento das aulas, análise das produções dos estudantes e elaboração de devolutivas individualizadas. Perrenoud (1999) ressalta que a avaliação formativa pressupõe acompanhamento contínuo da aprendizagem, observação sistemática, intervenções frequentes e reorganização constante das estratégias de ensino. Tais exigências demandam tempo, planejamento e condições institucionais que nem sempre estão presentes na rotina escolar.

Além disso, as políticas educacionais contemporâneas frequentemente enfatizam indicadores quantitativos de desempenho, como resultados em avaliações externas, índices de

aprovação e metas institucionais. Embora esses instrumentos sejam importantes para subsidiar políticas públicas, sua utilização como principal parâmetro de qualidade pode reforçar práticas classificatórias. Em muitos casos, escolas e professores passam a concentrar esforços na melhoria dos indicadores oficiais, priorizando conteúdos mais frequentemente cobrados em exames padronizados e reduzindo o espaço destinado ao desenvolvimento de práticas avaliativas mais reflexivas e processuais.

Outro aspecto relevante refere-se à resistência cultural presente no ambiente escolar. Muitos estudantes demonstram insegurança diante de práticas avaliativas que não resultam imediatamente em notas, pois foram socializados em um modelo no qual aprender significa alcançar determinada média. Da mesma forma, algumas famílias interpretam a ausência de provas tradicionais como sinal de menor rigor acadêmico, desconsiderando que a avaliação formativa exige acompanhamento muito mais intenso e sistemático por parte do professor. Essa resistência demonstra que a transformação da cultura avaliativa depende da participação de toda a comunidade escolar e não apenas da iniciativa individual dos docentes.

Apesar desses desafios, a literatura educacional aponta possibilidades concretas para fortalecer a avaliação formativa. A primeira delas consiste na construção de espaços permanentes de formação continuada, nos quais os professores possam discutir suas práticas, compartilhar experiências e refletir coletivamente sobre os resultados obtidos. A aprendizagem entre pares favorece o desenvolvimento profissional e amplia as possibilidades de implementação de estratégias avaliativas compatíveis com diferentes realidades escolares.

Outro caminho importante envolve o fortalecimento do planejamento coletivo. Quando professores de uma mesma etapa de ensino constroem conjuntamente critérios, instrumentos e estratégias de acompanhamento da aprendizagem, torna-se mais fácil garantir coerência entre os objetivos educacionais e as práticas avaliativas desenvolvidas em sala de aula. Além disso, essa articulação reduz o isolamento profissional e favorece a construção de uma cultura institucional comprometida com a aprendizagem.

A gestão escolar também desempenha papel decisivo nesse processo. Cabe aos gestores criar condições para que a avaliação seja compreendida como parte integrante do projeto pedagógico da escola. Isso implica promover momentos de estudo, incentivar práticas inovadoras, organizar tempos e espaços destinados ao planejamento coletivo e valorizar iniciativas voltadas ao acompanhamento contínuo da aprendizagem. Quando a equipe gestora compreende a avaliação apenas como instrumento de controle administrativo, dificilmente a escola conseguirá consolidar práticas verdadeiramente formativas.

Sob a perspectiva de Freire (1996), a avaliação precisa estar comprometida com a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos. O autor defende uma educação fundamentada no diálogo, no respeito aos saberes dos estudantes e na construção coletiva do conhecimento. Nessa concepção, avaliar não significa punir, excluir ou selecionar, mas criar oportunidades para que professores e estudantes compreendam juntos o processo de aprendizagem, identificando avanços, dificuldades e possibilidades de superação. A avaliação assume, assim, caráter emancipatório, contribuindo para a formação integral dos sujeitos e para a democratização da educação.

Dessa forma, a consolidação da avaliação formativa depende de uma transformação que envolve dimensões pedagógicas, institucionais e culturais. Não basta substituir provas por outros instrumentos ou ampliar a quantidade de atividades avaliativas. É necessário ressignificar o próprio sentido da avaliação, compreendendo-a como um processo permanente de investigação, diálogo e mediação da aprendizagem. Essa mudança exige investimento na formação docente, melhoria das condições de trabalho, fortalecimento da gestão democrática e construção de uma cultura escolar comprometida com o desenvolvimento dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas neste estudo evidenciam que a avaliação educacional ultrapassa a função de mensurar resultados, constituindo-se como um processo essencial para compreender, acompanhar e favorecer a aprendizagem dos estudantes. Ao analisar as diferenças entre a avaliação classificatória e a avaliação formativa, verificou-se que esta última apresenta maior potencial para promover práticas pedagógicas mais inclusivas, reflexivas e comprometidas com o desenvolvimento integral dos sujeitos, uma vez que privilegia o acompanhamento contínuo, o diálogo, o feedback e a intervenção pedagógica ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

A análise realizada também permitiu compreender que a avaliação formativa não deve ser reduzida à utilização de determinados instrumentos ou procedimentos. Sua efetivação está relacionada, sobretudo, à concepção de aprendizagem que orienta a prática docente e à capacidade de utilizar as evidências produzidas no

processo avaliativo para tomar decisões pedagógicas. Nessa perspectiva, avaliar significa acompanhar os percursos dos estudantes, identificar dificuldades, reconhecer avanços e reorganizar as estratégias de ensino sempre que necessário. Assim, a avaliação assume uma dimensão pedagógica e formativa, contribuindo para que o estudante participe de maneira mais consciente de seu próprio processo de aprendizagem.

O estudo também permitiu constatar que, embora a avaliação formativa esteja amplamente fundamentada na literatura educacional e respaldada por concepções contemporâneas de ensino, sua efetivação ainda enfrenta obstáculos significativos. A permanência da cultura da nota, as exigências das avaliações externas, as limitações das condições de trabalho docente e a necessidade de fortalecimento da formação inicial e continuada dos professores constituem fatores que dificultam a superação de práticas predominantemente classificatórias. Esses desafios demonstram que a mudança da cultura avaliativa não depende exclusivamente da iniciativa individual do professor, mas envolve condições institucionais, pedagógicas e políticas que favoreçam a construção de novas práticas.

Nesse sentido, a consolidação da avaliação formativa exige mais do que a adoção de novos instrumentos avaliativos. Requer uma mudança de concepção acerca do significado de avaliar, compreendendo esse processo como parte integrante da ação pedagógica e como elemento capaz de orientar decisões, promover a participação dos estudantes e favorecer aprendizagens significativas. Esses desafios demonstram que a mudança da cultura avaliativa não depende exclusivamente da iniciativa individual do

professor, mas envolve condições institucionais, pedagógicas e políticas que favoreçam a construção de novas práticas.

As reflexões desenvolvidas também apontam para a necessidade de que as políticas públicas educacionais considerem a avaliação formativa para além dos discursos e documentos orientadores. É necessário criar condições concretas para sua implementação, contemplando políticas de formação continuada, valorização profissional, melhoria das condições de trabalho, redução de demandas burocráticas e organização de tempos e espaços que possibilitem aos professores acompanhar de maneira mais efetiva os processos de aprendizagem. Do mesmo modo, as políticas de avaliação educacional precisam buscar maior equilíbrio entre a necessidade de acompanhamento dos resultados dos sistemas de ensino e a valorização dos processos de aprendizagem que ocorrem no cotidiano escolar, evitando que as avaliações externas reforcem exclusivamente uma lógica de desempenho, comparação e classificação.

Quanto às limitações desta pesquisa, destaca-se o fato de que o estudo se concentrou em uma abordagem de caráter predominantemente teórico e bibliográfico, fundamentada na análise das contribuições de autores que discutem a avaliação classificatória e a avaliação formativa. Dessa forma, não foram contempladas investigações empíricas realizadas diretamente no cotidiano das escolas, o que limita a possibilidade de analisar, de maneira mais aprofundada, como os princípios da avaliação formativa são apropriados e concretizados pelos professores em diferentes realidades educacionais. Além disso, a diversidade de contextos escolares, etapas de ensino e condições institucionais

existentes no país não pode ser contemplada integralmente no recorte desta investigação.

Essas limitações, contudo, não diminuem a relevância das discussões apresentadas; ao contrário, indicam possibilidades de continuidade e aprofundamento da temática. Nesse sentido, futuras pesquisas poderão investigar empiricamente a implementação da avaliação formativa em diferentes etapas e modalidades de ensino, analisando as experiências de professores e estudantes, os instrumentos utilizados, as formas de feedback e os processos de tomada de decisão pedagógica. Estudos de campo, pesquisas de abordagem qualitativa e quantitativa e investigações que acompanhem experiências concretas de implementação poderão contribuir para compreender os desafios, as possibilidades e as condições necessárias à consolidação de uma cultura avaliativa mais formativa nas escolas.

Também se mostra relevante ampliar as investigações sobre a relação entre avaliação formativa e tecnologias educacionais, considerando as novas possibilidades de acompanhamento, registro e análise da aprendizagem proporcionadas pelos recursos digitais. Do mesmo modo, pesquisas futuras poderão aprofundar a relação entre avaliação formativa, inclusão educacional, protagonismo estudantil e desenvolvimento da autonomia, contribuindo para compreender de que maneira diferentes práticas avaliativas podem responder à diversidade presente nos espaços escolares.

Diante do exposto, compreende-se que a superação da predominância da avaliação classificatória constitui um desafio complexo e gradual, que envolve mudanças nas concepções pedagógicas, nas práticas docentes, na organização das instituições

escolares e nas próprias políticas educacionais. A avaliação formativa, nesse cenário, apresenta-se não como uma solução isolada para os problemas da educação, mas como uma perspectiva capaz de contribuir significativamente para uma prática pedagógica mais democrática, inclusiva e comprometida com a aprendizagem de todos.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões sobre a avaliação educacional, incentivando práticas que reconheçam o estudante como sujeito ativo da aprendizagem e o professor como mediador desse processo. Espera-se, ainda, que as discussões aqui desenvolvidas possam fortalecer a compreensão de que avaliar não significa apenas verificar o que foi aprendido, mas produzir informações que permitam compreender os percursos de aprendizagem e orientar novas ações pedagógicas. Assim, a avaliação pode assumir seu sentido educativo mais amplo: acompanhar, intervir, promover avanços e criar condições para que todos os estudantes tenham oportunidades efetivas de aprender e se desenvolver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACK, Paul; WILIAM, Dylan. Assessment and classroom learning. **Assessment in Education: Principles, Policy & Practice**, v. 5, n. 1, p. 7–74, 1998.

BLOOM, Benjamin S.; HASTINGS, J. Thomas; MADDAUS, George F. **Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar**. São Paulo: Pioneira, 1971.

CONCEIÇÃO, J. N.; REIS, M. J. Avaliação: suas modalidades e o reflexo no ambiente escolar. 2018. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp->

<content/uploads/2018/12/avaliacao-suas-modalidades-e-o-reflexo-no-ambiente-escolar.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Sirley Leite; COSTA, Michele Gomes Noé da; Miranda, Flavine Assis de. Avaliação educacional: formas de uso na prática pedagógica. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v.6, n.16, p.85-98, jan./abr.2014.

HERITAGE, Margaret. **Formative assessment:** making it happen in the classroom. Thousand Oaks: Corwin, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. 34. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito & desafio:** uma perspectiva construtivista. 44. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação da aprendizagem - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
